

A REPRESENTAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO SUDOESTE DO PARANÁ - BRASIL

THE REPRESENTATION OF FAMILY FARMERS IN INSTITUTIONAL SPACES OF SOCIAL PARTICIPATION IN SOUTHWEST OF PARANÁ - BRAZIL

Norma Kiyota

Instituto Agronômico do Paraná – PR – Brasil

Resumo: Este estudo analisa o processo de representação dos agricultores familiares em espaços institucionais de participação social, realizado através de uma pesquisa desenvolvida junto aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural de Itapejara d'Oeste e Vitorino e junto ao Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná. Esses espaços, oriundos do processo de descentralização das instituições do Estado e da aposta na aproximação da sociedade civil com a gestão estatal, determinam o surgimento de um processo diferenciado de representação, protagonizados pelos representantes dos diferentes grupos sociais que atuam nesses espaços. A representação é analisada a partir de duas dimensões: a representatividade e a capacidade de intervenção destes representantes nos diferentes espaços. A pesquisa demonstra que diferentes configurações dos espaços, trajetórias dos representantes e trajetórias associativas dos municípios e da região alteram o processo de representação a partir da distinção dos perfis dos representantes, das formas de relacionamento dos representantes com os representados e na forma como os próprios espaços institucionais de participação social se identificam com as conformações associativas dos agricultores familiares no território.

Palavras-chave: Representação, espaços institucionais de participação social, agricultura familiar.

Abstract: This study aims to present a research on the representation of family farmers process at institutional spaces of social participation. Data were obtained from City Council for Rural Development of Itapejara d'Oeste and Vitorino and Management Group of Southwest Territory of Paraná. These spaces, which are institutional spaces originated from the process of decentralization of state institutions and effort to develop civil society participation in state management, determine the emergence of a differentiated process of representation, played by representatives of different social groups present in these spaces. The representation is analysed considering two dimensions: the representatives representativeness and the representatives ability to intervene in the several spaces. The research shows that different configurations of spaces, trajectories of representatives and associative trajectories of municipalities and region alter the process of representation from the distinction of the profiles of the representatives, the forms of relationship between representatives and the represented and how their own institutional spaces of social participation are identified with the associative conformations of family farmers in the territory.

Keywords: Representation, institutional spaces of social participation, family farms.

INTRODUÇÃO

A criação dos espaços institucionais de participação social, como os conselhos e fóruns, potencializada pela Constituição Federal de 1988, fez com que

surgisse uma nova forma de representação política, segundo a qual o representante tem uma relação com o representado bastante distinta daqueles que foram eleitos para atuar no Executivo ou no Legislativo municipal, estadual ou nacional.

Esse modelo pressupõe a existência de grupos de interesses claramente delimitados, com representantes dotados de capacidade de incidir no processo de formulação das políticas públicas e/ou na destinação de recursos dessas políticas de forma a garantir o atendimento, ao menos parcial, dos interesses dos representados. Assim, os representantes que atuam nesses espaços falam em nome de um determinado grupo social que necessita de um porta-voz para expor seus interesses e demandas.

Considerando esse processo, torna-se necessário problematizar a noção de representação, verificando três questões sobre os espaços institucionais de participação social: quem participa, no que e como. Assim, o objetivo deste estudo é analisar como a configuração dos espaços, as trajetórias dos representantes e a trajetória associativa do território/município interferem no processo de representação dos agricultores familiares em espaços institucionais de participação social. Para isso, a representação é analisada a partir de duas dimensões: a representatividade e a capacidade de intervenção dos representantes.

Para atingir esse objetivo optou-se pelo estudo da representação dos agricultores familiares nos espaços institucionais de participação social, recorrendo-se à pesquisa qualitativa, utilizando a categoria do estudo comparativo de casos (MINAYO, 1995) e instrumentos como: entrevistas, observação participante e análise documental.

A opção desse estudo pelos agricultores familiares é devida, principalmente, à diversidade de espaços institucionalizados que demandam a participação desses através de seus representantes e à relevância dos movimentos organizativos desse grupo social, que são protagonizados por atores de trajetórias distintas que trazem bases diferenciadas para a construção do processo de representação. Além disso, esses atores são muito importantes na reprodução da vida rural dos municípios, sendo responsáveis pela revitalização das relações comunitárias e de conhecimentos, da preservação do patrimônio cultural, da conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, além da produção agropecuária e dinamização das economias locais.

Nesse sentido, optou-se por realizar este estudo no Sudoeste do Paraná, onde a agricultura familiar representa 87,64 % de seus estabelecimentos (IBGE, 2007), pela predominância de municípios rurais (VEIGA, 2002) nos quais a população rural é determinante para o sucesso de um projeto de desenvolvimento e pela rica trajetória de experiências organizativas dos agricultores familiares deste território. Esse acúmulo de vivências se reflete diretamente na dinâmica de organização e intervenção sociopolítica dos diferentes agentes sociais que se entrecruzam no cenário das lutas sociais, tornando-o espaço significativo para compreender a dinâmica da representação dos agricultores familiares.

Os espaços institucionais de participação social analisados foram os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural dos municípios de Itapejara d'Oeste e Vitorino e o Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná.

1 OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E O GRUPO GESTOR DO TERRITÓRIO

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDR são compostos por mais de 50% de agricultores familiares. No entanto, isso por si só não garante o processo de representação desses agricultores, pois em muitos casos esses representantes são indicados pelo próprio poder público local ou pelas instituições oficiais de extensão rural e/ou não estão preparados para exercer essa representação.

Os componentes dos CMDRs podem ser divididos em três grupos: a) os representantes do poder público, que geralmente são técnicos das instituições de extensão rural ou das prefeituras e os agentes políticos, como os membros do executivo municipal ou os secretários municipais de agricultura; b) as lideranças dos agricultores que possuem experiência na direção de entidades municipais vinculadas às organizações supramunicipais; e c) os representantes das associações das comunidades rurais.

O primeiro grupo, formado pelos representantes do poder público, traz consigo a autoridade emanada de suas instituições que representam o Estado. Como já foi descrito por Neves (1998), esses atores atuam como os agentes das políticas públicas, representantes da burocracia estatal e/ou das forças políticas no governo e com seus recursos e competências diferenciadas reproduzem uma relação de poder bastante assimétrica. Isso pode ser demonstrado com a pesquisa realizada por Plural (2002), na qual 72,3% dos conselhos são presididos por representantes do executivo municipal e pelo estudo do IBASE (2002), que apontou que a secretaria executiva é ocupada pelo representante da extensão rural em 46% dos casos.

O segundo grupo, constituído por representantes municipais de organizações supramunicipais, reúne aqueles que já têm uma trajetória nos movimentos e organizações sociais e, como já foram observados em estudos anteriores como Oliveira (2000) e Navarro (2003), esses são competentes na argumentação e capazes de se movimentar nos espaços organizados a partir do ponto de vista do Estado e, por isso, conseguem intervir com maior facilidade nesses espaços.

O último grupo, formado por representantes das associações das comunidades, reúne aqueles que ainda mantêm uma inserção significativa nas comunidades rurais. Apesar de terem assumido a diretoria de sua associação, esses representantes ainda não estabeleceram muitas relações externas e estão mais próximos da realidade das famílias de agricultores do município.

Teoricamente, o CMDR teria como objetivo a construção de um projeto de desenvolvimento pensado por atores representativos do meio rural do município.

Para isso, como foi apontado por Mouffe (2003) em seus estudos sobre pluralismo, seria necessário a produção de certas equivalências fundamentais para alcançar determinados consensos, códigos e regras procedimentais comuns, os quais, apesar de não anularem os conflitos gerados pelas diferenças entre os participantes, pudessem viabilizar a busca de um objetivo comum. Essa é uma situação difícil de ser encontrada, pois as relações entre os membros são marcadas por certa hierarquia de poder, que é concedida àqueles que têm maior domínio das informações e conhecimento sobre a máquina pública. Segundo Neves (1998), isso é agravado pelo fato de que as regras institucionalizadas no discurso hegemônico do Estado são permeadas pela burocracia e pelo tecnicismo, comprometendo o diálogo com os participantes que não têm o domínio dessa linguagem.

Muitos estudos questionam se os CMDRs representaram um efetivo processo de democratização na elaboração e na gestão das políticas locais de desenvolvimento rural, levantando uma série de questões que deveriam ser aprofundadas para se atingir esse objetivo. Considerando isso, em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) reformulou a Linha Infraestrutura e Serviços do Pronaf, com a criação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), propondo processos de desenvolvimento territorial, nos quais o território é composto por vários municípios com características socioculturais, ambientais, político-institucionais e econômicas peculiares (BRASIL, 2003).

O Território Sudoeste do Paraná ficou composto pelos 42 municípios que compõem a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná – AMSOP e instituiu o Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná para articular e organizar as atividades voltadas para o desenvolvimento deste território, que é composto por vinte e quatro entidades: doze representando o poder público e doze representando a sociedade civil.

2 AS DIMENSÕES DA REPRESENTAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES FRENTE AOS SEUS FATORES CONDICIONANTES

A representatividade e a capacidade de intervenção são as duas dimensões selecionadas para analisar a representação dos agricultores familiares nos espaços institucionais de participação social frente à configuração dos espaços, à trajetória dos representantes e à trajetória associativa dos municípios e da região.

2.1 A representatividade dos agricultores familiares

Muitos autores discutem a representatividade a partir da ação do representante, isto é, verificando se esse expressa realmente posições e interesses dos representados. Segundo Pitkin (1967), o representante não precisa atuar de fato e literalmente de acordo com os interesses e desejos dos representados, mas esses precisam estar potencialmente presentes e ser relevantes na sua atuação, isto

é, o representante precisa realmente atuar, ser independente, mas o representado precisa estar em algum sentido atuando através dele. Entretanto, percebe-se que essa forma de pensar a representatividade dificulta a análise do processo de representação devido à heterogeneidade do grupo de representados e à complexidade na definição da autonomia que este representante deve ter para se posicionar perante alguma questão.

Ponderando que o poder consiste em uma relação entre aquele que o exerce e os outros, através do qual ele comunica intenções e encontra a aquiescência deles e diferenciando-o de dominação, que significa fenômenos estruturais ou sistêmicos que excluem pessoas de participar na determinação ou no controle de suas ações (YOUNG, 1990), considera-se que o representante é aquele detentor do poder simbólico, aquele que tem “[...] a palavra autorizada, que deve sua autoridade ao fato de que aquele que fala tem a autorização do grupo que o autoriza a falar em seu nome.” (BOURDIEU, 2005, p. 77). Assim, o processo de representação dos agricultores familiares foi analisado pela relação entre representante e representado, isto é, se os representados legitimam a atuação dos representantes pelo suporte explícito ou pelo reconhecimento tácito da atuação do representante, muitas vezes, independentemente das posições que este expresse nos espaços institucionais (BOURDIEU, 2004, 2005). Entretanto, as contribuições dos outros autores serão utilizadas para o detalhamento da relação entre representantes e representados.

Nos espaços institucionais de participação social, os representados não participam diretamente da escolha dos seus representantes. Nos conselhos, em geral, os indicados são os presidentes das associações das comunidades. As organizações territoriais do GGETESPA indicam algum membro da sua diretoria. Existem, também, organizações que indicam algum técnico que trabalha para eles. Assim, em todos os casos, não há um processo eleitoral específico para a escolha dos representantes membros desses espaços.

Mesmo que essa forma de indicação indireta possa, em alguns casos, acabar expressando o consenso dos representados sobre quais pessoas deveriam representá-los e que a eleição não seja um instrumento suficiente para que ocorra a responsabilização social, essa ausência de algum procedimento que amplie a participação dos representados na seleção do representante faz com que se perca a oportunidade de se debater o espaço propriamente dito e a função do selecionado nesse espaço, dificultando análises futuras, tanto do espaço de participação, como da atuação deste ator como representante.

Assim, mesmo que processos mais próximos às práticas democráticas não garantam por si, que isso signifique a eleição do membro mais representativo (FEDOZZI, 2002; MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 1999a, 1999b) ou que os eleitos farão tudo o que puderem para maximizar o bem-estar dos cidadãos (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 1999a), pois, representados pouco cientes da conjuntura e dos trâmites da discussão política, muitas vezes, têm dificuldade de fazer a escolha adequada e garantir a possibilidade de responsabilização social (ARATO, 2002; MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 1999a, 1999b; PITKIN, 1967), a eleição é um instrumento importante, porque tende a estimular os representantes

a buscar o conhecimento das demandas e necessidades do eleitorado (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2005; ARATO, 2002). Além disso, práticas abertas à comunidade possibilitam maiores chances de aprendizagens individuais e coletivas necessárias a uma cultura democrática (FEDOZZI, 2002).

A ausência desses momentos de reflexão sobre o espaço e o próprio processo de representação reforça a tendência de que as relações entre as organizações desses espaços, governamentais ou não, tenham os vínculos entre indivíduos com a sua base e não com as instituições, conforme a tendência estudada por Marques (1999). Isso é comprovado quando se analisa as trajetórias das representações dessas organizações nas quais os representantes tendem a ser os mesmos por longos períodos de tempo¹ e, quando ocorre a troca de um número significativo de representantes no mesmo período, isso chega a ocasionar um descompasso nas ações deste espaço.

Os agricultores dos municípios sabem que os conselhos existem, mas esses representados não visualizam esse espaço como um instrumento para expor os seus descontentamentos, posicionamentos e interesses. Isso é reforçado pela forma como as atividades dos conselhos são conduzidas e pela postura dos próprios representantes, que não buscam a discussão de temas menos pontuais com os seus representados.

Nas comunidades, os representantes convivem diariamente com os seus parentes e/ou vizinhos, o que permite uma maior afinidade em relação às necessidades e aos interesses desses. Esses representantes têm uma trajetória de participação nas atividades religiosas, esportivas e associativas, fazendo com que sejam reconhecidos positivamente pelas famílias de suas comunidades.

Em alguns casos esses representantes perdem esse vínculo com as comunidades ao atuar em atividades externas, estabelecendo relações com outros atores das organizações governamentais e/ou dos próprios agricultores que atuam regionalmente. Isso faz com que esses atores comecem a se diferenciar dos outros agricultores, trazendo para as comunidades experiências e posicionamentos estranhos ao cotidiano dessas comunidades, podendo ocasionar a perda de sua legitimidade, como já foi visto nos estudos de Brandão (1986) e Oliveira (2000).

Alguns atores permanecem em busca do equilíbrio entre as suas comunidades e o meio externo, pois são componentes importantes para as organizações externas que necessitam de um porta-voz nas comunidades (COSTA, 2002; WOLF, 1971) e para as comunidades que necessitam de um porta-voz para se expor externamente (GOLDMAN, 2001). Outros buscam a sua legitimidade nas organizações, isto é, começam a atuar em ações menos localizadas, em nome de uma parcela de agricultores que se organizaram a partir de interesses comuns.

Como há muitas mobilizações e projetos que são realizados em conjunto entre as organizações, quando os agricultores se envolvem numa dessas atividades, facilmente começam a se envolver em outras também. Esta é a

¹ Fazendo com que a norma do tempo de mandato, geralmente existente nos regimentos dos espaços institucionais, quase nunca seja seguida.

trajetória característica dos representantes dos agricultores familiares que atuam no GGETESPA, atores que têm experiências em diferentes organizações.

Quando consideramos como o GGETESPA é visto pelos agricultores familiares do território, até por esse ser mais recente que os outros espaços, observamos que a maioria sequer sabe que esse espaço existe. Como esse espaço apresenta escala ampliada, impossibilitando um contato rotineiro entre representante e representados, esses só tomam conhecimento parcial das deliberações do GGETESPA quando são beneficiários de algum projeto. O conhecimento aprofundado sobre o funcionamento do GGETESPA se restringe às pessoas que fazem parte de sua composição, como representante ou assessoria.

A forma como estão sendo conduzidas as discussões no GGETESPA não motiva ou facilita o processo de comunicação com os representados. Segundo os membros, não há como nem por que discutir com os representados, pois a pauta é composta de encaminhamentos pontuais e momentâneos. Assim, são poucos os representantes que repassam, pelo menos, as deliberações do GGETESPA aos atores que atuam nas suas organizações.

Como foi exposto anteriormente por Dahl e Tufte (1974), os representantes que são sensíveis aos desejos dos cidadãos precisam saber o que estes querem, ou pelo menos, que os representados saibam o que eles estão legitimando, mas, para isto, é preciso ter alguma forma de comunicação entre os cidadãos e os representantes. Da mesma forma, para os cidadãos serem capazes de fazer oposição e retirar os representantes que não correspondem às suas expectativas, os cidadãos precisam saber como esses estão respondendo a essas expectativas. Isto também indica a necessidade de comunicação, para que os representados possam compreender como e por que os representantes estão assumindo determinadas posições em assuntos relacionados a eles.

Parte dessa comunicação está sendo feita pelos canais disponibilizados pelos meios de comunicação existentes, como palestras, memórias de reuniões e o próprio plano de desenvolvimento, mas, geralmente, esses instrumentos permitem apenas a comunicação oriunda dos representantes. Essa forma de comunicação é bastante assimétrica, isto é, os representados são tratados coletivamente, como uma audiência em que esses não têm como se expor (DAHL; TUFTE, 1974).

A ampliação da dificuldade de comunicação entre os representantes e os agricultores familiares do território significa que os representantes do GGETESPA tendem a ser menos representativos que os dos CMDRs? A resposta é: depende de quem eles estão representando. Caso a proposta seja que os membros do GGETESPA representem todas as famílias de agricultores dos 42 municípios que compõem o território, a resposta provavelmente seria "sim". Isto é evidenciado pelo fato de os representantes não terem um canal de comunicação, nem mesmo indireto, com todo este público e os interesses deste grupo ser em extremamente heterogêneos, dificultando o processo de representação, como já foi discutido nos estudos de outros autores (MANSBRIDGE, 1980; DAHL; TUFTE, 1974).

Entretanto, se a resposta a esse questionamento for aquela dada por todos os representantes dos agricultores familiares entrevistados, isto é, que eles representam os agricultores familiares que fazem parte da base das suas

organizações, então os membros do GGETESPA são mais representativos. Isso se deve ao fato de sua atuação como representante ser legitimada pelos seus representados, pois, quando esses se inserem nessas organizações, assumem que seus interesses são condizentes com as posições por elas apresentadas.

Considerando que os representados do GGETESPA sejam as famílias que fazem parte da base dessas organizações, essas são muito mais atuantes do que as famílias que estão nas comunidades representadas nos CMDRs. Além disso, os temas mais importantes, ou que possam criar possíveis tensões, muitas vezes são discutidos antes das reuniões do GGETESPA entre os dirigentes de cada organização e, algumas vezes, entre algumas organizações. Assim, essas organizações comparecem às reuniões com algumas posições pré-discutidas entre as direções dessas entidades.

Apesar de haver maior facilidade de contato entre os representados e representantes dos CMDRs, esta mesma análise pode ser feita em relação às comunidades rurais. Apenas um dos representantes entrevistados afirmou tentar representar o bem-estar de todo o município no Conselho. O restante dos entrevistados se dividiu entre aqueles que afirmam representar as suas respectivas comunidades e alguns que admitem representar apenas as famílias que pertencem à sua associação. Entretanto, alguns desses assumem que muitas vezes é necessário abrir mão dos interesses da sua comunidade ou associação, por ter ciência de que há outras que deveriam ser priorizadas em determinados projetos.

No sentido de ser legitimado por todos os agricultores familiares do município, o conselho acaba tendo condições de ser mais representativo, pois, como afirma Dahl e Tufte (1974), quando o número de constituintes por representante aumenta, a comunicação é mais indireta, conseqüentemente, os representados que não pertencem às organizações regionais ficam alheios ao que está sendo discutido no GGETESPA. Além disso, escalas maiores geram uma crescente assimetria na relação entre os cidadãos e os representantes, gerada pelo crescimento da diferença de poder, conhecimento e capacidade de comunicação existente entre eles (DAHL; TUFTE, 1974).

Quanto à representatividade, essas duas formas de representação dos agricultores familiares têm a sua legitimidade, mas essa é concedida ao representante por diferentes representados. Isto é, os representantes do GGETESPA são legitimados pelos agricultores familiares que compõem a sociedade civil organizada e os representantes dos CMDRs, de uma forma mais precária, mas ainda legítima, tentam representar as famílias de suas respectivas comunidades rurais.

A partir dessas diferenciações, é possível esboçar determinados tipos de representação, considerando as interações entre a dimensão da representatividade e os fatores condicionantes analisados neste estudo. Assim, nos espaços institucionais há três tipos de representantes. Primeiro, os "representantes das comunidades" que mantêm um vínculo muito estreito com as famílias dessas comunidades, tendo condições, assim, de trazer uma fotografia mais fiel dos desejos e interesses desses agricultores para o espaço de participação social.

O segundo tipo é caracterizado por ser oriundo das comunidades, mas com grande desenvoltura para se movimentar entre as organizações do Estado e com conhecimento das normas de discurso existentes com os agentes dessas comunidades. Isso resulta no distanciamento desses agentes do restante das comunidades, pois os representados continuam marginalizados desse diálogo. Isso torna esses representantes vulneráveis aos mecanismos de cooptação política, movidos por interesses externos.

O terceiro grupo é formado por aqueles agricultores que se inseriram em organizações que já têm projeto e linguagem própria e que, ao assumir cargos de direção dessas organizações no município ou no território, se afastam do cotidiano de seus estabelecimentos e comunidades. Isso faz com que esses agricultores tenham a tendência de reproduzir apenas a visão das suas organizações e, conseqüentemente, dos agricultores familiares que participam dessas organizações nos espaços de participação.

2 A capacidade de intervenção dos representantes

Todos os espaços institucionais de participação social têm seus padrões procedimentais nos momentos de deliberação e de tomada de decisão. Contudo, nem todos os membros desses espaços conseguem ter uma participação efetiva nesses espaços, isto é, conseguem intervir eficientemente nas discussões e deliberações desses membros. Assim, para compreender essa dimensão do processo de representação, buscar-se-á acompanhar a capacidade de intervenção dos representantes nos diferentes espaços.

A capacidade de intervenção foi analisada a partir da atuação dos representantes nos diferentes espaços institucionais de participação social. Assim, observou-se o tipo de intervenção que esses representantes utilizaram em diversas reuniões, analisando se essas reuniões refletiam concordância ou discordância; buscavam esclarecimento ou esclareciam; contribuíam com a temática ou não, procuravam apenas a abreviação da discussão; eram ideologizadas, etc. Finalmente, analisou-se o interesse despertado por essas intervenções e se esse interesse era geral ou parcial, isto é, se interessava a todos ou apenas a determinados grupos. Assim, a qualidade dessa intervenção foi analisada a partir de sua capacidade de articulação, argumentação e proposição.

A discussão política ocorrida nos espaços analisados é um tipo de comunicação, na qual se busca o consentimento de uma maioria, a partir da persuasão. Esta persuasão é objetivada através de argumentos, isto é, o convencimento para que outros mudem as suas posições favorecendo a sua proposição, sem o uso de subterfúgios como recompensas ou ameaças (MANIN, 1997). Assim, as normas não escritas, mas existentes nos espaços de participação social, privilegiam determinados tipos de falas que, geralmente, são aquelas articuladas de modo formal e impessoal (YOUNG, 1996).

Essas falas, que são impositivas, confrontantes e nas quais os argumentos são muito importantes, são aprendidas a partir do estudo e das experiências

adquiridas a partir da participação em discussões ocorridas com diferentes grupos e espaços sociais. Assim, esses espaços privilegiam determinados grupos, como o dos técnicos, aqueles que têm um nível educacional superior e aqueles que têm uma experiência mais longa de atuação nas organizações. Além disso, conforme Young (1996), os espaços de participação privilegiam as falas masculinas, pois as mulheres, geralmente, se expõem menos e são menos enfáticas, apresentando falas mais amenas, no sentido de buscar o entendimento e não, apenas de impor algum argumento.

Acompanhando as reuniões, percebe-se que essa diferenciação na valorização da fala feminina realmente ocorre devido à entonação mais sugestiva e exploratória da intervenção das representantes agricultoras, quando comparada com as falas mais contundentes e impositivas dos representantes masculinos ou de técnicos presentes nestas reuniões. Considerando o grupo dos técnicos, percebemos que esta diferença de fala dependente do gênero, também ocorre, mas esta é minimizada pelo acesso ao estudo e por uma cultura um pouco menos centrada na figura masculina, diferente daquela predominante no meio rural.

A trajetória dos “representantes das comunidades” faz com que estes tenham a tendência de evitar o conflito, pois os cidadãos oriundos de comunidades pequenas tendem a evitá-lo mesmo quando estão fora delas, como se visualizassem os espaços de participação social, tendo a mesma harmonia que eles presenciam em suas relações de vizinhança nas comunidades rurais (BAILEY, 1965; MANSBRIDGE, 1980).

Mansbridge (1980) aponta que este desejo de acreditar em harmonia pode ser oriundo do medo das sanções que eles aprenderam em suas comunidades ou por haver maior possibilidade de um interesse comum nas pequenas comunidades de onde eles são oriundos, fazendo com que seja mais fácil eles acreditarem na possibilidade de perseguir a harmonia e adotar tal estratégia de interpretar os eventos como harmoniosos, para torná-los assim. Essa estratégia parte também do desejo de que unidades políticas menores tomem menos decisões políticas, possibilitando essa harmonia.

No caso dos representantes dos espaços estudados, a resposta parece estar na conjugação destes três fatos. Primeiro, percebe-se que os representantes dos conselhos têm uma maior preocupação com a repercussão de seus posicionamentos nas suas comunidades, pois as relações de parentesco e vizinhança existentes nas comunidades rurais são baseadas em confiança e reciprocidade² e os representantes não querem ser marginalizados desta rede de relações. Segundo, as comunidades são bastante homogêneas em relação aos interesses relacionados ao sistema produtivo e ao bem-estar da família, fazendo com que esses não precisem criar animosidades. Terceiro, os temas colocados em pauta nas reuniões dos conselhos são bastante pontuais e quando esses são colocados na reunião, já têm uma série de proposições de encaminhamentos antecipados pelos técnicos, assim, dificulta a contestação e a, conseqüente, criação de conflitos.

² Ver KIYOTA (1999).

Abrangências espaciais menores permitem aos cidadãos entenderem os problemas, conhecer seus potenciais aliados e oponentes, ver o impacto de suas ações ou decisões e exercer maior controle sobre os eventos que irão afetá-los (MANSBRIDGE, 1980). Dessa forma, o ambiente dos conselhos é bastante descontraído e os representantes não demonstram que estão intimidados para se expor. Assim, quase todos fazem uso da palavra, mas não há questionamentos sobre como as questões são encaminhadas ou sobre a forma de funcionamento desses espaços.

Nesses conselhos, a distribuição de poder diferenciada entre os representantes não é manifestada explicitamente, mas são embutidas em rotinas sociais através da coordenação das reuniões, do domínio das informações, do controle da pauta de reuniões, etc.

Segundo Holmes e Scoones (2000), muitos espaços pesquisados declaram ter o objetivo de criar uma atmosfera de respeito, de promover o entendimento mútuo e tentar produzir uma avaliação acurada ou decisões com implicações políticas apropriadas. Entretanto, não é perfeitamente claro se os resultados desses processos tenham sido produzidos através de um procedimento deliberativo ideal, no qual todos os participantes tenham entendido todos os assuntos e informações em discussão, tenham se engajado no debate efetivamente e atuado de maneira totalmente aberta e honesta, e em face do melhor argumento, tenham chegado ao consenso. Como afirma Young (1996), nesses espaços as pessoas de classe média e melhor educadas atuam como se tivessem o direito de falar, e suas palavras carregassem autoridade. Entretanto, frequentemente as pessoas de outros grupos se sentem intimidadas pelo requerimento de argumentos e pelos procedimentos formais e cheios de regras. Assim, essa situação se agrava onde grupos cultural e socialmente diferenciados compartilham o mesmo espaço, como ocorre nas arenas estudadas.

Os poucos representantes que têm uma intervenção diferenciada são aqueles que já tiveram experiências em organizações que atuam em uma abrangência maior do que as suas comunidades rurais, transmitindo e reproduzindo as experiências dos diferentes contextos ou aqueles que conseguiram avançar bastante no nível escolar, comparativamente aos outros, como já foram vistos nos trabalhos de Costa (2002) e Fedozzi (2002), respectivamente. Esse último grupo tem maior capacidade de articulação e argumentação, mas demonstra dificuldade de proposição. De outro lado, o grupo mais experiente pode ter alguns representantes com maior dificuldade de articulação, mas tende a ser mais propositivo e ter maior domínio sobre determinados assuntos, ampliando a sua capacidade argumentativa.

No GGETESPA, entre as doze organizações não governamentais, cinco são representadas por agricultores familiares e sete por técnicos que assessoram as suas atividades. Excluindo as organizações que são formadas exclusivamente de técnicos, cinco dessas organizações têm agricultores na sua direção. Mesmo assim, a representação é feita pelos técnicos. Isso demonstra as dificuldades encontradas pelos agricultores de atuarem como representantes, considerando tanto a

dificuldade de deixar os seus estabelecimentos, como a falta de confiança na sua capacidade de atuar efetivamente num espaço como o GGETESPA.

Young (1990) e Bourdieu (2004) apontam que os profissionais têm o aspecto da respeitabilidade, privilégio que se estende além do local do trabalho para todo o seu modo de vida. Para as pessoas é normal tratá-los com respeito e estar preparado para ouvir o que eles têm a dizer ou fazer, o que eles pediram porque eles têm alguma autoridade, conhecimento especializado ou influência. Assim, as normas da respeitabilidade estão associadas com cultura profissional, isto é, roupas, falas, gostos e comportamento dos profissionais. Nesse sentido, o domínio dos técnicos independe de ter maioria numérica nas reuniões.

Essa ativa participação dos técnicos deve ser tratada cuidadosamente, pois eles estão representando organizações governamentais e não governamentais que atuam em prol dos agricultores familiares e que, apesar de atuarem de forma diferenciada, conseguiram pactuar os eixos de um projeto de desenvolvimento para o território com a participação de suas bases. Entretanto, considerando que essas organizações, desde a sua origem, foram e são intensamente influenciadas pelos técnicos e outros atores, é pertinente a reflexão sobre o quanto dos valores e posicionamentos, aparentemente oriundos dos agricultores, foram e continuam sendo construídos simbolicamente por esses atores externos (BOURDIEU, 2004, 2005).

A qualidade da intervenção dos representantes dos agricultores familiares que participam do GGETSPA é incomparavelmente superior àquelas dos conselheiros municipais. A intervenção é melhor articulada, com argumentos e proposições baseadas em experiências e discussões já realizadas em outros espaços. A participação desses em outros fóruns de discussão faz com que esses sejam mais aptos a organizar um conhecimento próprio e tenham maior segurança para fazer as suas intervenções, pois estas são oriundas da experiência, tanto da vivência prática do problema, quanto da convivência com outros que partilham de interesses comuns. Além disso, muitas destas intervenções já foram testadas em alguns espaços próprios das organizações dos agricultores familiares e, muitas vezes, até mesmo em espaços mais externos e conflituosos, originando intervenções mais qualificadas, como já foi verificado em outros estudos anteriores (MANSBRIDGE, 1996; MAIA, 2002; FEDOZZI, 2002; CORNWALL, 2002).

A partir dessa prática, os representantes mais experientes sabem como organizar a sua fala nos diferentes espaços. Entretanto, apesar de os movimentos sociais apresentarem atores melhores preparados para intervir nos espaços institucionais, também apresentam uma fragilidade a essa representação, pois as organizações são particularistas e orientadas para questões específicas (YOUNG, 1990), muitas vezes, utilizando a operacionalização da democracia como um instrumento para alcançar certos objetivos e não como um fim. Assim, esses não promovem práticas de participação e tomada de decisão que ampliem e solidifiquem uma cultura política que rompa com a tradição autoritária existente (NAVARRO, 1996) e que consolide a representatividade deste processo de representação. A visão maniqueísta e a pressão por resultados fazem com que, muitas vezes, a discussão sobre desenvolvimento seja esquecida e se apresentem

projetos que busquem apenas a viabilização das organizações em detrimento de projetos que objetivem o bem-estar dos agricultores.

A alteração de escala do espaço realmente modifica o perfil dos representantes agricultores. A média de anos passados na escola formal dos membros do GGETESPA não difere muito daqueles dos CMDRs; entretanto, a trajetória associativa é muito diferenciada. No GGETESPA percebe-se uma maior equidade entre a capacidade de intervenção dos representantes governamentais e a dos agricultores, quando comparados com os membros dos CMDRs. Aqueles representantes de agricultores que têm mais anos de estudo potencializam a sua trajetória, atingindo o "status" de liderança nas suas organizações mais rapidamente. Entretanto, a trajetória diversificada é que garante a sua capacidade de percepção do todo e o domínio e a inserção em ambientes e temas variados, resultando em maior capacidade de articulação, argumentação e proposição.

Exercitar a participação na tomada de decisão coletiva afeta a ação dos representantes ou as condições que sua ação fornece ao desenvolvimento de capacidades para pensar sobre as suas próprias necessidades em relação às necessidades de outros, adquirindo interesse na relação com as instituições sociais e potencializando suas habilidades de argumentação, articulação e persuasão. Tal participação dá aos representantes um senso de relação ativa entre instituições e processos sociais, isto é, o senso de que relações sociais não são naturais, mas sujeitas à invenção e a mudança (YOUNG, 1990).

Quando comparadas com os processos ocorridos nos CMDRs, no GGETESPA as disputas são muito mais acirradas entre os seus membros, independente de esses serem oriundos das organizações governamentais ou não. Primeiro, porque quanto maior a abrangência espacial de um grupo, mais saliente serão os conflitos entre os seus membros, pois isso gera a proliferação de subunidades organizadas que estimula o crescimento da diversidade, pois as subunidades se especializam e desenvolvem os seus próprios interesses (MANSBRIDGE, 1980; DAHL; TUFTE, 1974). Segundo, porque os representantes dos agricultores são melhores preparados para atuar nessa discussão frente aos outros representantes. Terceiro, porque as características do grupo pequeno, que suprime o conflito pela intimidade de suas interações, fazem com que cada membro dos CMDRs seja mais vulnerável aos outros e mais ansioso para não levantar fontes potenciais de conflito (MANSBRIDGE, 1980).

As discussões do GGETSPA são bastante horizontalizadas, isto é, os representantes dos agricultores familiares e os representantes governamentais tendem a expor as contradições e questionamentos nas reuniões com a mesma intensidade, apesar da diferença social e de escolaridade que há entre os membros que, geralmente, originaria hierarquias também na discussão, conforme foi apontado por Mouffe (1996). Isto, apesar de gerar situações mais conflituosas, também serve como estímulo para se buscar argumentos mais fundamentados e, conseqüentemente, gerar projetos mais negociados e articulados. O mesmo não ocorre nos CMDRs, pois há uma hierarquia clara entre técnicos e agricultores na qual os agricultores tendem a aceitar as posições dos técnicos, não expondo as contradições que podem existir entre as propostas de seus membros.

4 A REPRESENTAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO SUDOESTE DO PARANÁ

A representação dos agricultores familiares no Território Sudoeste do Paraná é potencializada pelo rico tecido organizativo existente. O fato de o território fazer parte de um “maciço da agricultura familiar” (NAVARRO, 2002) - juntamente com o Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul - que é o berço de inúmeras experiências participativas e associativas, faz com que o processo de representação dos agricultores familiares seja mais representativo e que seus atores tenham uma maior capacidade de intervenção nas definições dos espaços institucionais.

Considerando os CMDRs de Itapejara d'Oeste e Vitorino e o GGETESPA, pode-se afirmar que suas distintas configurações interferem no processo de representação dos agricultores familiares. Essa interferência pode ser verificada a partir da distinção dos perfis dos representantes, das diferentes formas de relacionamento dos representantes com os representados e na forma como os próprios espaços institucionais de participação social se identificam com as conformações das organizações dos agricultores familiares no território.

Os representantes dos agricultores familiares que participam dos CMDRs são, na sua maioria, “representantes das comunidades” ou legitimados por uma “representatividade comunitária”, isto é, aqueles que têm a sua base de representados oriunda das associações de agricultores das comunidades rurais e que conseguem manter uma vivência direta com os representados, a partir de vínculos familiares e/ou de vizinhança. Também há outros representantes que são aqueles que já participam de eventos e discussões conduzidas por organizações supramunicipais. Esses, apesar de não fazerem parte da direção dessas organizações, participam nas discussões e nos processos de formação dessas, o que permite a construção de outras referências, além daquelas adquiridas nas relações internas do município.

Diferentemente dos membros dos conselhos, os representantes dos agricultores familiares que participam do GGETESPA são aqueles que assumiram cargos de direção nas organizações sociais supramunicipais, com bases geográficas menos definidas. Esses representantes já são considerados “lideranças” regionais, aqueles que detêm o capital simbólico, isto é, aqueles aos quais é concedida a legitimidade para atuar como representante, a partir de uma “representatividade associativa” oriunda de sua trajetória nas organizações sociais do território.

A legitimidade dos representantes do GGETESPA tem relação com os agricultores que fazem parte da base das organizações regionalizadas, que os próprios representantes afirmam serem aqueles que eles representam quando atuam nesse espaço. Nesse caso, mesmo não havendo um processo de discussão sobre os temas discutidos no GGETESPA, os representantes consideram os valores e interesses definidos por sua organização e são legitimados por sua base.

Entretanto, se for considerada a totalidade dos agricultores familiares do território, parte desses representados não consegue ser ouvida pelos

representantes do GGETESPA. Sendo assim, não há possibilidade de discussão sobre os temas discutidos nesse espaço e muito menos de ocorrer responsabilização social. Considerando esse público marginal às organizações sociais regionais, mesmo que não atue nas associações existentes nas comunidades, pode se afirmar que esse tende a ter uma comunicação facilitada com os representantes dos CMDRs, pois esses espaços estão mais próximos dos vínculos estabelecidos nas comunidades rurais e nos municípios.

Nos dois casos, como em todo processo de representação, há uma dinâmica de inclusão/exclusão. No caso dos "representantes comunitários", há uma incorporação dos interesses dos membros da comunidade, enquanto são excluídos aqueles que não são considerados membros, por suas relações externas ou por qualquer outra razão. Considerando os "representantes das organizações", há a incorporação dos interesses dos agricultores organizados, enquanto os interesses dos não organizados são excluídos.

A diversificação das trajetórias dos representantes, e das formas com que esses se relacionam com os representados, estabelece diferentes processos de representação dos agricultores familiares nos CMDRs e no GGETESPA. Isso pode ser analisado considerando a formação educacional, a trajetória associativa e como os representantes vivenciam cotidianamente as suas comunidades rurais.

Os representantes com maior formação educacional tendem a apresentar trajetórias mais rápidas rumo à direção de suas instituições. Entretanto, considerando a atuação dos representantes dos agricultores, apesar de esses terem a vantagem comparativa, isso não é garantia de que esses tenham maior capacidade de intervenção nos espaços.

A trajetória associativa é determinante para a capacidade de intervenção dos representantes dos agricultores. A participação desses em diferentes organizações associativas, a consequente vivência de múltiplas experiências e discussões e a possibilidade de testar suas argumentações e proposições em diferentes espaços, faz com que esses conheçam melhor a linguagem e as normas do discurso dos outros grupos e, com isso, tenham maior segurança e tranquilidade para expor as suas ideias. Além disso, o representante que tem uma trajetória reconhecida tende a ser ouvido com maior deferência pelos outros componentes do espaço.

Considerando todos esses fatos, pode-se afirmar que a trajetória associativa, do município ou território, interfere no processo de representação dos agricultores, pois a existência de um tecido associativo denso e enraizado num local, significa representantes com maior capacidade de intervenção nas deliberações do espaço de participação e, também, uma maior possibilidade de ocorrer um processo de responsabilização social.

Nesse sentido, os agricultores familiares de Itapejara d'Oeste tendem a ser melhor representados que os agricultores de Vitorino no CMDR, pois, mesmo que o CMDR de Vitorino tenha alguns trunfos na sua configuração e forma de funcionamento, o fato de o CMDR de Itapejara d'Oeste apresentar também representantes de outras organizações, que têm como prática a realização de reuniões para inserir a sua base no levantamento de suas demandas e a

participação de seus dirigentes em discussões regionalizadas, faz com que esses incrementem o processo de representação dos agricultores. Além disso, esses representantes das organizações fazem com que os representantes das comunidades também comecem a se interessar por outras discussões, além daquelas corriqueiramente existentes nos CMDRs.

Entretanto, o município de Vitorino já iniciou a discussão em relação a essas novas propostas organizativas e, pelo menos, a cooperativa de crédito já está atuando no município. Assim, percebe-se que a riqueza da organização do território tende a potencializar a organização nos municípios, mesmo que alguns levem um período maior de tempo para amadurecer essa discussão.

Assim, o processo de representação tem relação com a conformação do associativismo no território. O associativismo dos agricultores familiares estabelecido nos municípios, através das associações nas comunidades rurais, é diferenciado do associativismo existente regionalmente. O associativismo na escala municipal é mais "orgânico", isto é, tem uma relação mais próxima com a vivências das famílias de agricultores familiares em suas características sociais, produtivas, etc. De outro lado, o associativismo dos agricultores familiares em escala regional é baseado numa proposta diferenciada de desenvolvimento, na qual os agricultores buscam a reconversão de seus meios de vida e de sua organização social, através do protagonismo desse processo. Assim, o cerne para a compreensão do processo de representação dos agricultores familiares no Território Sudoeste do Paraná não é oriundo da escala desses espaços institucionais de participação social, mas da relação entre a escala e a forma como se estruturam as suas práticas associativas. Isto é, como essas diferentes formas de organização e de pensar a agricultura familiar possam estar representadas nesses espaços para buscar uma proposta de desenvolvimento para os municípios e o território.

Considerando as organizações da agricultura familiar no território, as organizações mais ativas e voltadas para a discussão de uma proposta de desenvolvimento são aquelas com a conformação territorial. Isso pode ser confirmado ao verificar a multiplicação dessas em diferentes instituições para suprir diferentes demandas dos agricultores familiares, a rápida ampliação de sua abrangência espacial e a ampla rede de relações com organizações estaduais, nacionais e internacionais. Considerando a parcela de agricultores familiares organizados, verifica-se que o GGETESPA, como espaço institucional que mais se aproxima dos interesses, discursos e linguagem dessas organizações, tende a viabilizar vínculos de representação mais sólidos e, com isso, propiciar uma representação mais efetiva considerando a representatividade e a capacidade de intervenção dos representantes dos agricultores familiares no território.

Entretanto, considerando que essas organizações têm sua atuação centrada nos agricultores que fazem parte de sua base de associados, é importante que haja um processo que oportunize aos agricultores, que não estão na área de abrangência dessas instituições ou por alguma razão não fazem parte da base dessas, de participarem e minimamente serem informados dos processos e das discussões que estão ocorrendo, garantindo a esses a possibilidade de escolher como será a sua participação no processo de desenvolvimento de seu território.

Assim, a existência de espaços como os CMDRs são importantes para ampliar essa participação e, conseqüentemente, o potencial de representação desses agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

ARATO, Andrew. Representação, soberania popular e *accountability*. Tradução de Heloísa Buarque de Almeida. *Lua Nova*, nº 55-56, p. 85-103, 2002. Disponível em: www.periodicos.capes.gov.br. Acesso em: 26 nov 2006.

BAILEY, Frederic George. Decisions by Consensus in Councils and Comittes: with Special Reference to Village and Local Government in India. In: BANTON, Michael (Ed.). *Political Systems and the Distribution of Power*. London: Tavistock Publications, 1965. p. 1-20.

BOURDIEU, Pierre. O mistério do ministério: das vontades particulares à "vontade geral". In: Wacquant, Loïc (org.). *O mistério do ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática*. Tradução por: Paulo Cezar Castanheira. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 71-79.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. 7 ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 322 p. Tradução de: "Le pouvoir symbolique".

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O ardil da ordem: caminhos e armadilhas da educação popular*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986. 115p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *[Diretrizes para a implementação de políticas com abordagem territorial]*, 2003. 16p. Mimeografado.

CORNWALL, Andrea. *Making Spaces, Changing Places: Situating in Development*. Brighton: IDS, 2002. 35 p. (IDS Working Paper 170).

COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 220 p.

DAHL, Robert A.; TUFTE, Edward R. *Size and Democracy*. Stanford: Stanford University Press; London: Oxford University Press, 1974. 148 p.

FEDOZZI, Luciano. *O eu e os outros: a construção da consciência social no orçamento participativo de Porto Alegre*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 339 p.

GOLDMAN, Marcio. Segmentaridades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus. *Mana: estudos de Antropologia Social*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 57-93, out. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 06 nov. 2004.

HOLMES, Tim; SCOONES, Ian. *Participatory Environmental Policy Processes: experiences from North and South*. Brighton: IDS, 2000. 62 p. (IDS Working Paper 113).

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. *Planos municipais de desenvolvimento rural*. Brasília: PRONAF/IICA, 2002. 35 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2006: Resultados preliminares*. 141 p., 2007

KIYOTA, Norma. *Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema: Região Sudoeste do Paraná*. 1999. 149 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1999.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. *In whose Name?: Political Representation and Civil Organizations in Brazil*. Brighton: Institute of Development Studies, Jun. 2005. 62 p. (IDS Working Paper, 249).

MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (Org.). *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 46-72.

MANIN, Bernard. *The Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. 243 p.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Elections and Representation. In: PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C; MANIN, Bernard. *Democracy, Accountability and Representation*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999a, p. 29-54. (Cambridge Studies in the Theory of Democracy).

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Introduction. In: PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C; MANIN, Bernard. *Democracy, Accountability and Representation*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999b, p. 1-26. (Cambridge Studies in the Theory of Democracy).

MANSBRIDGE, Jane J. *Beyond Adversary democracy*. New York: Basic Books, 1980. 398 p.

MANSBRIDGE, Jane J. Using Power/Fighting Power: The Polity. In: BENHABIB, Seyla (Ed.). *Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political*. Princeton: Princeton University Press, 1996. p. 46-66.

MARQUES, Eduardo Cesar. Social networks and institutions in the construction of the state and its permeability. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 45-67, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 10 nov. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 7-29. (Coleção Temas Sociais).

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. In: *Política e Sociedade: Revista de Sociologia Política*. Florianópolis, v.1, n. 3, out. 2003. p. 11-26.

MOUFFE, Chantal. Democracy, Power, and the "Political". In: BENHABIB, Seyla (Ed.). *Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political*. Princeton: Princeton University Press, 1996. p. 245-277.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Zander (org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. p. 62-105.

NAVARRO, Zander. *Do mundo da roça ao mercado: mudanças recentes e o desenvolvimento agrário no sul do Brasil*. Brasília:MDA, NEAD, set. 2002. Relatório de pesquisa. "Políticas públicas e desenvolvimento rural: balanço da ação governamental no Brasil".

NAVARRO, Zander. O "Orçamento Participativo" de Porto Alegre (1989-2002): um conciso comentário crítico. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Org.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 89-128.

NEVES, Delma Pessanha. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Ângela D. D.; BRADENBURG, Alfio. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 147-167.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 14, n. 40, p. 213-230, 2000.

PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1967. 323 p.

PLURAL COOPERATIVA DE CONSULTORIA, PESQUISA E SERVIÇOS. *Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural*. Brasília: PRONAF, IICA, 2002. 34 p.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2002. 304 p.

WOLF, Eric. Aspects of group relations in a complex society: Mexico. In: SHANIN, T. (Ed). *Peasants and peasant societies: selected readings*. Harmondsworth: Penguin Books, 1971. p. 299-321.

YOUNG, Iris Marion. Communication and the Other: Beyond Deliberative democracy. In: BENHABIB, Seyla (Ed). *Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political*. Princeton: Princeton University Press, 1996. p. 120-135.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990. 286 p.

Submetido em 02/10/2012

Aprovado em 06/01/2014

Sobre a autora

Norma Kiyota

Eng. Agrônoma, Mestrado em Administração Rural e Doutorado em Desenvolvimento Rural.

Pesquisadora da Área de Socioeconomia do Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR.

Endereço: BR 158, km 497 - Bom Retiro. 85505-970 - Pato Branco - PR - Brasil

E-mail: normak@iapar.br